

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 272

Data: 25.09.85

Pg.:

Lucio Flavio Pinto

4468

### Versão piorada

Para gerar 200 mil quilowatts de energia, insuficientes para garantir o completo abastecimento de Manaus, a hidrelétrica de Balbina — situada a 170 quilômetros da capital amazonense — inundará uma área de 165 mil hectares, segundo a Eletronorte, responsável pela obra. Cada Kw que sair da usina acarretará, portanto, quase um hectare de floresta submersa.

Esperava-se que, após Tucuruí, a construção de novas hidrelétricas na Amazônia não tivesse mais que realizar-se à custa do desperdício de uma valiosa fonte de recursos econômicos, nem com a imposição de seqüelas ecológicas. Mas Balbina promete ser um capítulo ainda mais trágico na história das agressões que esta região vem sofrendo em consequência de um planejamento autoritário e insensível às realidades locais.

Sob as águas do rio Tocantins está sendo sepultada boa parte da floresta que permaneceu intocada em 212 mil hectares da área do reservatório. A Eletronorte, não podendo, não querendo e não achando necessário fazer a limpeza total, desmatou 31 mil hectares de uma faixa de segurança, mais próxima à barragem. Cada hectare, a preço atualizado, custou-lhe seis milhões de cruzeiros. O serviço consumiu, portanto, CR\$ 186 bilhões, o maior contrato de desmatamento da história da Amazônia.

É um lado da moeda. A outra face exhibe o prejuízo resultante do afogamento de um bem natural nobre, que poderia render madeira sólida, álcool ou até carvão vegetal. Foi nesta última hipótese, aliás, que o milionário norte-americano Daniel Ludwig pensou quando lhe falaram, vários anos atrás (ele ainda dono do Projeto Jari), sobre a hidrelétrica de Tucuruí

Ludwig achava que, com um cronograma de obras mais elástico, só o carvão poderia financiar boa parte dos custos da usina, além de possibilitar a economia de dólares gastos com a importação de petróleo (transformado em óleo para termelétricas). Raciocínio semelhante teve o senador Alberto Silva, do Piauí, ao apartear um discurso pronunciado pelo senador Aloysio Chaves, no final do ano passado.

Ele fez um cálculo simples e um pouco arbitrário, mas exemplificativo. Partindo do pressuposto de que há 700 toneladas de madeira (de todas as espécies) por cada hectare na floresta amazônica e que de cada duas toneladas é possível extrair um Kw de energia, o senador piauiense projetou um esquema de aproveitamento de 200 mil hectares da área de inundação de Tucuruí. Bastaria cortar 100 toneladas de madeira por hectare (das 700 disponíveis), para obter o equivalente a 10 milhões de Kw (a expressão é incorreta: o senador deveria recorrer a Kw/hora; mas vale).

Todas as histórias escabrosas que estão na origem e nos bastidores da tentativa de aproveitamento comercial da madeira existente no lago de Tucuruí levaram a um desfecho melancólico. Teorias científicas costuradas às pressas e uma campanha publicitária fizeram a opinião pública convencer-se de que, afinal, tudo terminou bem. Não seria preciso fazer o corte raso de toda a floresta porque ela não ofereceria riscos ao meio ambiente por causa da rápida renovação da água retida no reservatório.

O verdadeiro custo desta incúria administrativa, que ainda envolve um ônus ecológico por avaliar, nunca seremos capazes de calcular em toda a sua extensão. A madeira que está apodrecendo de

baixo da água representa um risco à vida de uma série insuspeitada de formas de vida, vegetais, animais e humana, e muitos zeros na conta dos débitos.

A taxa de renovação da água em Tucuruí, no entanto, é um trunfo expressivo em favor da argumentação da Eletronorte. Mas não se aplica a Balbina. Com 6% da capacidade de geração de energia de Tucuruí em sua primeira etapa, Balbina vai inundar uma área que equivale a quase 70% do lago de Tucuruí, na mais favorável das hipóteses, a da própria Eletronorte.

Mas existem hipóteses bem mais pessimistas, que estendem os 165 mil hectares para até 400 mil hectares como área possível de inundação. Para evitar um maior espriamento das águas do lago, a Eletronorte teria que construir extensos diques de concreto em ambas as margens do rio Uatumã, a montante da barragem.

Este lago, que cobrirá uma floresta ainda mais compacta do que a de Tucuruí, vai demorar a encher. Lenta será também a renovação da água que nele ficar armazenada. A decomposição da massa vegetal afogada comprometerá a qualidade da água, afetando perigosamente — além da vida — as turbinas da usina. Ali, ninguém tem qualquer dúvida de que adotar o modelo Tucuruí significará criar uma bomba de efeitos imprevisíveis, mas certamente letais.

Em abril de 1987 começará o fechamento da barragem. A 27 meses dessa data, a floresta permanece intacta e a Eletronorte prorroga prazos à cata de quem esteja disposto à aventura, sabendo que, somados dois períodos de verão, há apenas um ano realmente disponível para o trabalho de extração da madeira.

Pobre de ti, Amazônia.